



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

144ª Reunião da Câmara Técnica Legal e Institucional
– CTIL do Conselho Nacional de Recursos Hídricos -
CNRH.

Brasília/DF.
23 de Maio de 2018.

(Transcrição ipso verbo)
Empresa ProixL Estenotipia

(...)

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – É isso. Então passamos agora para o próximo item da pauta. **Item 3: Conclusão do parecer da CTIL sobre a proposta de resolução que define diretrizes e critérios para estabelecimento de prioridades para outorga como conteúdo mínimo dos planos de recursos hídricos.** Então foi proposta uma minuta de parecer, vocês receberam antecipadamente. Queria saber se alguém tem alguma colocação, teve a oportunidade de analisar e tem alguma contribuição a fazer em relação a essa minuta? Vocês querem passar, dar uma... Ler todinho? Pelo menos... Então de acordo com o Art. 35 da Lei 9.433 cabe ao Conselho estabelecer diretrizes complementares para implementação da política, aplicação de seus instrumentos e atuação do sistema. E estabelecer critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos para cobrança. Ademais a Lei 9.433 tratando do conteúdo mínimo dos planos, sejam estes nacional, estaduais ou de bacias, em seu Inciso 8º determina que os mesmos devem conter prioridades para outorga. Já em seu Art. 13 ao regulamentar o instrumento da outorga, a lei determina que toda outorga estará condicionada as prioridades de uso estabelecida nos planos. E deverá respeitar a classe em que o corpo d'água estiver enquadrado. E a manutenção das condições adequadas ao transporte aquaviário quando for o caso. Item 1.2- Já dentre os fundamentos da política expressos na lei no seu Art. 1º Incisos 3º e 4º respectivamente, verifica-se que em situações de escassez o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais. E que a gestão de recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas. E que em seu Art. 2º sobre os objetivos da política esta deve assegurar a atual e as futuras gerações, a necessária disponibilidade de água em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos. 1.3- Ainda sobre o tema em 2001 o Conselho Nacional aprovou a Resolução 16 que estabelece critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos. Durante a 36ª Reunião Plenária do Conselho foi acatado o requerimento de urgência, encaminhado pelo Ministério de Minas e Energia solicitando que o CNRH, solicitando ao CNRH o estabelecimento de diretrizes e critérios gerais para o estabelecimento de prioridades para outorga de direito de uso dos recursos hídricos. De acordo com o MME a inexistência de diretrizes e critérios gerais para estabelecimento destas prioridades nos planos, pode causar distorções que comprometem os usos múltiplos, causando também insegurança jurídica no tocante as outorgas de direito de uso. Está um pouco repetido ali, depois acho que a gente faz uma revisão ali de texto. 1.5- O assunto foi então encaminhado à CTPOAR que propôs a instituição de um grupo de trabalho envolvendo a Câmara Técnica do Plano Nacional, com o objetivo de propor uma minuta de resolução. Na reunião de abril de 2017 foi então instituído o GT prioridade de outorga, com o objetivo de avaliar e conceituar a aplicabilidade das prioridades de outorga como conteúdo mínimo dos planos. A minuta de resolução foi discutida durante a 143ª Reunião da CTIL realizada em 12 e 13 de abril. Fundamentação e posicionamentos. A partir da análise da minuta de resolução a CTIL identificou aspectos legais e institucionais a serem sanados. Durante a análise também foram verificados aspectos técnicos que podem ter reflexo na legalidade da norma em apreço. As considerações de ordem técnica poderão ser consultadas nas anotações registradas na minuta de resolução e no registro da degravação da reunião tratando deste item da pauta, ambos anexos ao presente parecer. De acordo com a Câmara Técnica já em sua ementa, a minuta de resolução define... Será que precisa Rosely? Acho que não precisa não, deixa aí para pôr para amanhã. Então gente, só retornando aqui, a gente está no Item 3 da pauta, foi encaminhado para os membros da Câmara uma minuta de parecer propondo a devolução da resolução para a CTPOAR e CTPNRH. E aí a gente optou por fazer a leitura aqui rápida para ver se está ok essa minuta. Paramos onde Rosely? 2.1? De acordo com a Câmara Técnica já em sua ementa a minuta de resolução define diretrizes e critérios para o estabelecimento de prioridades para outorga de direitos de uso como conteúdo mínimo. No entanto, o corpo da resolução em nenhum momento trata de critérios

gerais para outorga conforme prevê a referida ementa. Outro ponto levantado pela CTIL foi a necessidade de regulamentação de alguns temas prévio ou concomitantemente a elaboração dessa proposta de resolução. Buscando a compatibilização de conceitos e objetivos. O desenvolvimento de alguns desses temas faz parte das metas do PNRH, que um deles é elaborar proposta de metodologia para criação de áreas de restrição de uso dos recursos hídricos em uma bacia hidrográfica piloto, é a meta 3. Outra meta: revisar a Resolução 16/2001 que estabelece procedimentos e critérios gerais de outorga, meta 23. E definir diretrizes para outorga coletiva, meta 25. Dentre outras que também tem algum rebatimento com o tema desta minuta. Assim a definição de diretrizes para outorga sem a consideração destes e outros temas, pode gerar aplicação não uniforme. Na visão da Câmara Técnica permanece sem consenso a definição dos conceitos de prioridades para outorga, e prioridades para o uso. Ou seja, se podem ser considerados conceitos equivalentes ou se há diferença na abordagem colocada por cada um. Ainda que esta possa ser considerada uma questão técnica ou de mérito, na avaliação da CTIL é necessário avançar na harmonização desses conceitos para sua aplicação normativa. Esta CT recomenda ainda uma análise da efetividade da aplicação da norma, posto que eventuais diretrizes são não passíveis de implementação, podem gerar problemas jurídicos. Quanto ao alcance da resolução faz-se necessário buscar sempre as relações entre os aspectos jurídico e institucional para que a interpretação não fique a cargo de cada instituição que irá implementá-la. Na forma como se encontra a resolução parece endereçada aos comitês de bacia e não para diferentes entes do SINGREH, tais como órgãos gestores de recursos hídricos que também possuem atribuições relativas a esse instrumento de gestão. Finalmente houve o entendimento da CT ou pela CT de que para regulamentação de pontos específicos da lei faz-se necessária a leitura sistêmica da mesma, não sendo possível a regulamentação de item específico sem considerar o todo. Conclusão: considerando o acima exposto a CTIL constatou contradições internas na norma ora analisada e em sua relação com outras normas, decidindo pela devolução da matéria para a CTPOAR e CTPNRH. Por oportuno tendo em vista que em muitas situações foram identificados também aspectos técnicos que comprometem os aspectos jurídicos da norma, encaminhamos anexo as contribuições anotadas na minuta de resolução e o documento com a gravação da discussão deste item de pauta da revisão. Então gente, aberto aí as considerações dos membros da Câmara. Essa minuta.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Wilson de Azevedo. Achei que ficou muito bom o parecer. Posso perguntar se foi tu que fizeste? Foi?

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Foi.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Meus parabéns, eu achei que ficou muito legal. Eu só fiquei com uma dúvida aí no ponto 2.6, engraçado quando eu li a minuta de resolução eu achei que ela estava muito mais para órgão gestor do que para comitê. É, mas aí é uma questão de interpretação. Mas é só isso. E uma outra coisa também é o seguinte, eu questionei a necessidade da resolução. E isso também eu acho que não está aí. Eu só não vi aí na Nota Técnica, que eu acho que é uma questão importante.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Para entrar na Nota Técnica, assim, Wilson, para entrar na Nota Técnica teria que ser consenso assim na CTIL, as pessoas todas estão de acordo. Será?

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Foi questionado, são questionados por um membro a necessidade e pronto.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Da resolução. É, porque está isso, resolve ali.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Está tudo bem.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gustavo.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – É o seguinte, no Item 2.3 da Nota Técnica, eu fiquei em dúvida se a palavra certa seria regulamentação. Necessidade de regulamentação de alguns temas, prévio concomitantemente dessa proposta da solução buscando a compatibilização de conceitos e objetivos. Será que precisa de regulamentar para haver compatibilização entre conceitos e objetivos? Eu estou achando que esse termo regulamentação ele demanda um outro tipo de ação que não acho que é o caso aqui. Eu acho que o que eu entendi no debate se a minha memória não falha, é que alguns conceitos, algumas questões remeteram a conceitos que não estavam definidos na norma. Então não se trata de regulamentar, mas de definir os conceitos.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Desenvolver, definir qual é a necessidade de definir alguns temas, ou desenvolver alguns temas.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Desenvolver alguns temas e definir os conceitos. Porque se há uma expressão que implica no conceito.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Percy.

O SR. PERCY SOARES NETO (CNI) – Percy da CNI. Gustavo, só assim, eu queria defender o termo regulamentação. Quando eu pego um conceito, esse é o meu entendimento. E trago para dentro de uma resolução, numa norma, o conceito, eu posso fazer uma tese do conceito, tu pode discutir conceitualmente numa outra tese. A gente pode, quando eu trago isso para dentro de uma norma, eu estou dizendo, e aí eu entendo que a regulamentação é o termo que dá mais segurança jurídica. Eu estou dizendo que para a aplicação daquele termo, daquele conceito na gestão de água, ele é compreendido daquela forma. Então eu acho que a gente regulamentação, eu acho que a gente tem que trabalhar para uma segurança jurídica maior. Se eu vou dizer numa resolução que eu entendo que prioridade de uso quer dizer isso, isso e isso. Que eu entendo que prioridade de outorga quer dizer isso, isso e isso, no momento que eu escrevo num texto de resolução eu regulamento isso, e isso vale como norma. Mesmo que alguém lá vá fazer uma tese de doutorado e vai dizer: eu interpreto, porque o que a gente viu aí são várias diferentes interpretações sobre o que é que diz prioridade de uso, prioridade de outorga. Então eu acho que tem que ser, nós temos que regulamentar. No âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, o CNRH entende por meio de resolução que prioridade de uso

quer dizer isso, prioridade de outorga quer dizer aquilo. Eu acho que por isso é que eu queria defender, eu tenho mais uma observação depois, Adriana.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Eu gostaria de responder.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Quem sabe já responde e a gente já resolve isso agora.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gustavo.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Assim, eu não concordo com você não pelo seguinte, porque eu acho que a regulamentação ela passa a ideia de que você vai ter que criar uma norma para tratar daquele tema específico. Então quando você faz isso, você vai estar de certa forma condicionando essa resolução a outras normas, outras resoluções. Então eu acho assim, é a própria resolução enquanto tal, que ao definir o que é que significa aquele conceito, ela regulamentou. Porque do jeito que está colocado aí na redação, é como se você precisaria de uma norma, uma norma prévia ou se não precisaria, mas é passível dessa interpretação de que precisaria de uma norma técnica anterior, fazendo essa definição. Aí você cria insegurança jurídica da norma enquanto tal. Ou ao estabelecer esse parágrafo aí, você está dizendo que precisa de outras normas para regulamentarem, para essa norma ser desenvolvida. Então eu acho que a palavra regulamentação ela não ajuda, ela prejudica a ideia, porque o que nós definimos, verificamos e inclusive eu, por exemplo, defendi a norma durante boa parte do debate, mas chegou no ponto assim, qual o conceito disso. Falando isso, qual que é o conceito disso? Então acho que não é regulamentação, é definição mesmo. Agora a partir do momento que a gente aprova essa resolução com essas definições estabelecidas, aí concordo com você, a gente regulamentou. Mas aqui do jeito que está escrito, pode passar para alguém, por exemplo, de um jurídico ou alguém que não quer que a norma saia, falar assim: não, você tem que regulamentar isso aqui antes. O que é que significa regulamentar? É normatizar, está certo. No senso comum da palavra regulamentar.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Essa minuta quando estiver sendo revisada pelas Câmaras Técnicas, ela pode ela mesma já abordar temas que estão colocados como metas, que é a questão dos critérios da revisão da 16, a questão também da outorga coletiva talvez, não sei se vai ficar muito abrangente. Mas pelo menos eu acho que teve um entendimento de que não dá para definir diretrizes assim gerais sem olhar os critérios, assim, o impacto que essas diretrizes vão ter na definição dos critérios e vice-versa. Tanto que na ementa da resolução ela se propõe a definir critérios, e acabou tratando só de diretriz. Então quando ela voltar, certamente ela vai passar a aprofundar essa questão dos critérios. E aí não é uma resolução à parte, é o tema que vai ser desenvolvido dentro desta resolução. Aí há outro tema a questão da metodologia para criação de áreas sujeitas a outorga, não é também um tema para regulamentação, em princípio do jeito que está é para você propor metodologias, não necessariamente isso vai gerar uma regulamentação.

O SR. PERCY SOARES NETO (CNI) – Adriana, desculpa, eu entendo que tem que gerar. No momento que eu vou estabelecer critérios que vão ser aplicados sobre áreas de restrição, eu tenho que saber como é

que eu defino a área de restrição. Porque como é que é, eu vou gerar um conjunto de critérios, seria para priorizar, área de restrição, tá, mas como é que eu defino área de restrição? Ah, é um estudo. Não.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Mas será que isso não estaria dentro, poderia estar dentro do escopo dessa resolução?

O SR. PERCY SOARES NETO (CNI) – Tu tá fazendo uma resolução, define critério, que define a área de restrição, que define e orienta outorga coletiva, olha o tamanho dessa resolução, nós estamos, eu acho que a gente está abrindo demais. E aí eu vou pegar no que o Gustavo falou, Gustavo, eu entendo sim que essas coisas são no mínimo concomitantes. Porque no momento que eu aprovar uma resolução que define critério para prioridade seja de outorga de uso, não vamos entrar nessa discussão, que vão ser aplicadas em área de restrição sem definir o que é área de restrição, isso pode ser aplicado em qualquer lugar, pode ser aplicado ao bel prazer de quem estiver negociando. Mas então também acho que não é um tema para fazer. Eu só queria fazer uma observação de texto Adriana, também concordo com o Wilson que o parecer ficou muito bom. No 2.5 eu acho que não é problema jurídico, eu acho que é insegurança jurídica, eu acho que seja insegurança jurídica melhor do que problema jurídico, o que é o problema jurídico? Agora insegurança jurídica eu faria essa troca.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Ok. Natália.

A SRª. NATÁLIA DE MELO LACERDA (ANA) – Eu também acho que o parecer ele retrata bem o que foi discutido, mesmo que não tenha consignado algumas questões pontuais, mas ele reflete o que foi consenso. Então também elogio o parecer e concordo com ele. No que o Percy falou, eu também concordo integralmente. Na verdade, quando você define um conceito, você já está regulamentando, se isso estiver numa norma de regulamentação. Então tecnicamente você falar que isso está definindo um conceito e dizer que isso não é regulamentar, regulamentar é a mesma coisa, também tem esse efeito. Então eu concordo com o Percy que a palavra regulamentação seria a melhor, mas eu não sei se reflete uma ideia de consenso.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Então gente, algum comentário sobre esse termo especificamente? Gustavo você está de acordo?

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Eu acho o seguinte, eu leio a lei como um leitor, como um leitor. Então quando você fala regulamentação, você está falando normatização. Óbvio que se você definiu o conceito, uma coisa é denominar, na lei tem a denominação de ideias. Mas não tem a definição das ideias. Então na hora que você definiu o conceito, você está regulamentando naquela norma, mas não existe uma regulamentação prévia. E essa redação ela permite a interpretação, ela suscita a interpretação de que pode haver a necessidade de uma regulamentação prévia. Eu não acho que ela é prévia.

O SR. JOÃO FERNANDES (CERH PARAÍBA) – Pela ordem. Isso não pode ser considerado uma recomendação, um indicativo da Câmara Técnica para que se avalie esse aspecto. Então se é uma

recomendação, não precisa da expressão de ter uma linguagem tão precisa, tão rigorosa, isso é uma recomendação, eu estou entendendo, tudo que foi escrito nesse documento é uma espécie de recomendação, uma orientação, uma proposição para que há uma espécie de constatação da Câmara que pode inclusive não ser validada nas discussões finais. Então acho que não tem a precisão de ser tão rigorosos com isso. Porque Dr. Percy parece que tem razão, porque como regulamentar, é regular deriva de normatizar. Então acho que a gente podia avançar.

O SR. PERCY SOARES NETO (CNI) – Então Dr. João só uma questão. Essa matéria volta e volta de novo para a CTIL. Então eu acho que a gente tem que dar uma orientação muito precisa a quem vai trabalhar nessa matéria para não ter o desgaste de devolver. Não, eu acho que a gente teve um desgaste muito grande aqui. Então quando eu digo que se voltar, por exemplo, essa matéria com a referência, por exemplo, a outorga coletiva que é um ato que é aplicado em alguns estados, mas não na união, e esse ato não estiver regulamentado em algum lugar, vai caber a nós CTIL dizer senhores, você está fazendo referência a outorga coletiva, mas outorga coletiva não está na constelação da gestão da união. E aí talvez tenhamos que devolver, então eu acho que por isso que eu digo, talvez ser mais preciso agora nos poupe trabalho quando esse negócio voltar para a CTIL mais tarde.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Presidente, olha só, vamos ler a frase como é que ela está escrita. Outro ponto levantado pela CTIL foi a necessidade de regulamentação de alguns temas prévia ou, então olha só, se o você tem a necessidade de regulamentar a prévia, significa que você é o objeto de outra regulamentação, está certo, é o que está escrito, é o que o português está dizendo. É o que o português está dizendo. Então concomitante pode ser também outra resolução à parte. Então eu acho que o que eu estou tentando renumerar aqui, gente, olha só gente, esse documento ele deve refletir o que foi a nossa discussão. Em nenhum momento na nossa discussão, se não me falhe a memória, nós falamos que teria que fazer outra resolução, eu não lembro disso. O que eu acho que nós colocamos foram contradições, problemas da redação da proposta de redação que foi colocada. E eu acho que aqui dessa frase não está sintetizando o que foi discutido. Então eu acho que a questão aqui olha, o objetivo aqui olha, outro ponto levantado pela CTIL foi a necessidade de definir conceitos e objetivos na proposta de resolução, é isso. É isso que foi, que ficou faltando, entendeu? Aliás, o objetivo nem precisa de colocar, é conceitos mesmo. Conceitos de uma série de expressões que só foram anunciadas e não se diz a que vieram, é isso. E ela é melhor na resolução, foi essa questão, foi por isso que nós demos bomba na proposta, porque ela estava cheio de coisa lá que a gente não sabia o que é que era, é isso, foi isso que aconteceu. Essa frase aqui ela não traduz o que nós debatemos, com todo respeito aos meus pares.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Percy.

O SR. PERCY SOARES NETO (CNI) – Gustavo, desculpa, eu discordo. Porque eu acho que a gente foi claro quando se trata de área de restrição de uso, não é definir conceito, eu tenho que definir muito mais do que conceito para estabelecer uma área de restrição de uso onde vai se aplicar critérios. Eu tenho que definir competência, eu tenho que definir critério. E isto a definição de área de restrição de uso é muito estratégica, onde área de restrição de uso é aquela sensível aos recursos hídricos. Quer dizer, eu tenho que ir adiante por quê? Porque ela vai ser, eu vou fazer toda uma resolução que está baseada na aplicação de área de restrição de uso. Então eu tenho que saber o que é isso, como é que eu defino e quem tem competência para, no mínimo quem tem competência para o quê? Eu também não acho que

pode ser tudo na mesma resolução, não estou falando em nova resolução, eu só estou te contradizendo que isso foi sim discutido na reunião passada, isso não está fora do contexto que foi e vale o mesmo a outorga coletiva. Essas coisas foram definidas e foram discutidas sim, e não está aqui se falando em nova resolução. Eu concordo, pode se botar ali: prévia ou concomitante ou na mesma resolução, não tem problema, isso quem vai nos dar o tom é o grupo de trabalho. Agora que essas coisas precisam ser regulamentadas para gerar a segurança jurídica, tanto para quem aplica a norma, quanto para quem é passível da aplicação da norma, eu entendo que isso é que segurança jurídica.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gustavo.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Olha, é o seguinte, esse negócio de prévia ou concomitante está dando problema. Então eu sou a favor de tirar isso, e acrescenta lá conceitos, competências, critérios, você tem razão realmente eu lembro de critérios, até dei o exemplo: qual o critério para fazer o negócio assim? Você tem razão, eu concordo. Tinha lá conceitos, competências, critérios e outras definições, outras expressões que não foram definidas na norma. Isso. Que aí deixa aberto também para tudo mais que não foi definido.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Conceitos, competências, acho que pode ser conceitos, objetivos.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Conceitos, critérios, competências e outras definições que por ventura não tiverem sido definidas na norma. Na proposta, na minuta de resolução.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Outras definições. Outros temas? Outros termos.

[0:45:55] O SR. NÃO IDENTIFICADO – O objetivo ficou um pouco fora aí, eu tiraria objetivo.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Wilson.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Vencido esses assuntos, né?

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Que não tenham sido definidos na minuta de resolução.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Basicamente o que eu dizer foi contemplado agora pelo Gustavo. A definição tem diversas normas que a gente pega, que você fala assim, para efeito dessa norma, isso aí define assim, assim, define assim, assim. Então você tem essas definições, normalmente às vezes pode ser um tipo de regulamentação para efeito daquela norma. Eu ia propor, mas você, o que é que vocês colocaram aí. Eu ia propor que colocasse as duas coisas, regulamentação e definição, mas eu acho que do jeito que está proposto está bem.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Ficou assim, outro ponto a ser levantado, outro ponto levantado pela CTIL foi a necessidade de regulamentação de alguns temas buscando a compatibilização de conceitos, critérios e outros termos que não tenham sido definidos na minuta de resolução. Tira objetivos, né? E tira prévia. A elaboração dessa proposta tira também, vai direto para o buscando na segunda linha no final.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Em outros termos ou e expressões, que às vezes não é termo, dá ideia de uma palavra só.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Expressões.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Eu trocaria regulamentação por definição.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Tira, não, era isso, tira com prévia ou concomitantemente. E ainda ficou a questão da palavra.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Não acho que é compatibilização, é definição mesmo.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Sim. Ok gente?

A SRª. NATÁLIA LACERDA (ANA) – Com relação, por exemplo, mas a exemplo da área de restrição de uso, da outorga coletiva ou não? Porque eu acho que dá uma diretriz mais concreta para eles. Eu acho, o que é que vocês acham? A exemplo.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – É, a exemplo. Aí esse... Vírgula. Porque esse outro vai baixar esse parágrafo.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Eu acho que para falar exemplo de expressões como tal, tal, tal, tal, tal, tal, e outras constantes da transcrição da, como é que chama isso que vocês falam? Degravação.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – É o Júlio que está inscrito.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Uma coisa que a gente tem que tomar um certo cuidado, vocês lembram da reunião, a última reunião, que tem que ter limite, limite de explicação, entendeu? Porque senão nós vamos chegar aqui e quando a gente não quiser que uma resolução vá para frente, a gente começa, para o que é que significa para? Aí vamos. Porém, o que é que significa porém?

Mas assim também não, mas nós quase chegamos nisso da discussão que teve. Aí eu acho que não sei, se pudesse ter algum jeito de dizer, que são coisas que é óbvio, mas que são pertinentes, entendeu?

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Pertinentes a compreensão da norma.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – É, porque senão a coisa depois...

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Da compreensão e aplicação.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Depois o que vai ocorrer é que nós vamos passar aqui 90% do tempo tentando definir como nós chegamos à conclusão aqui, estava até lembrando com a Aparecida que nós chegamos à conclusão que não dava para definir recursos hídricos. Nós chegamos a essa conclusão. Então de repente aparece uma palavra desse tipo que nós vamos passar e a norma não vai, então esse cuidado tem que se tomar por que.

A SR^a. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Então Wilson, depois Josevan. Josevan.

O SR. JOSEVAN CARDOSO MORENO (ABES/OTEPS) – Josevan, representante da ABES. Bom, realmente acredito que o que foi colocado agora deve ser bem refletido. A Nota Técnica também nós lemos e as considerações de uma nota bem retratada do que foi feito. E certo de que o texto possa já ter sido conciliativo, mas fico discutindo o que nem está em erro a palavra regulamentação neste conceito, não sou da área jurídica, e aí me perdoem o leigo da área jurídica. E nem está também a questão de conceituação. Mas eu entendo que ambas as palavras podem até estar presentes, mas nem tudo que eu vou conceituar ela é pacífica de um regulamento. Eu conceituo determinado termo para dizer o que ele significa. E eu faço outros atos, claro, mas a regulamentação é uma forma de você mostrar como executar determinada norma que foi aplicada, que é para ter sido aplicada. Então um exemplo claro é quando você está fazendo um processo, você tem uma legislação que cria o organismo que diz que ele fiscaliza, mas geralmente o ato de fiscalizar ele vai ter uma norma específica dando uma regulamentação de todo procedimento e todos os critérios. Então nesse contexto acho que a conciliação desses dois termos ele pode continuar sem ter deveras situações de antagonismo, tal que se refere o pedido de revisão ou de reavaliação por parte das Câmaras Técnicas que vão recebê-lo, para poder reapresentar, o que interessa é que os textos quer estejam na minuta de resolução ou na resolução a ser instituída, eles estejam claros, o que cada um deles significa. Ou aquele que realmente ainda não tem critérios para a sua exequibilidade na prática eles sejam muito bem claros, que a resolução não haver forma de você chegar e não poder aplica-la. Então é nesse contexto que eu acho que isso...

A SR^a. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – E aí você sugere Josevan que a gente coloque mais uma palavra além de regulamentação, é isso?

O SR. JOSEVAN CARDOSO MORENO (ABES/OTEPS) – Não, é porque já está, é só na questão assim, regulamentação e conceituação de termos ou de expressões ou de, só essas duas uniões, porque você pode regulamentar um ato, que, por exemplo, eu vou aqui usar e plagiar, mas todo mundo plagiou, as áreas de restrição. Área de restrição ela pode até ter um conceito, mas como você delimita ela, o que é que ela é e que forma ela é realmente, ela está pronta, é uma coisa. Mas se você de repente disser assim: a palavra expressões como gestão, então você não vai criar uma regulamentação para poder dizer que gestão, então a gestão vai dizer: gestão significa o ato de etc., que é mais conceitual, é só nesse sentido de conciliar essas duas.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gustavo.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Josevan, eu acho, vocês me desculpem eu insistir, vai ser a última vez, mas eu nesse ponto é claro, mas eu acho assim olha, lamento, lamento. Eu acho que fica muito mais direto você falar outro ponto levantado pela CTIL foi a necessidade de definição de conceitos, critérios, toda essa regulamentação aí gente, qual que é a necessidade disso aí? Entendeu? Se cria essa dúvida que era essa questão que eu estava pondo, cria. Por que é que há norma? Resolução é a regulamentação, ou ela pode até vir demandar outras regulamentações se ela chegar num ponto e falar: isso aqui vai ser objeto de outra resolução. Agora ela é a regulamentação. Bom, acho que fica muito mais direto, entendeu? Do que pôr um verbo ali que fica condicionado por outro, que ainda fica buscando, a regulamentação buscando. Por que é que não? É a definição, é a necessidade de definição, é isso que ficou em aberto.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Eu peço ao Percy, para ele abrir mão da regulamentação, da palavra.

O SR. PERCY SOARES NETO (CNI) – Gazzinelli eu só acho que nós vamos correr o risco, eu só estou alertando que a gente vai lá na frente, de vim essa resolução sem com conceitos importantes, sem estar com uma definição clara e bem regulamentar e ter que devolver de novo. Eu estou, eu acho que a gente devia fazer esse alerta, as duas Câmaras Técnicas antes, para otimizar o nosso trabalho lá na frente, é um tema que não é fácil, é um tema que não é simples, entendeu, então eu acho que essa mensagem seria mais clara.

O SR. JOSEVAN CARDOSO MORENO (ABES/OTEPS) – Olha, é só para colocar como proposta, já que a gente está chegando ao final para tentar uma conciliação, precisa de proposta de texto. Essa daí já é uma, e aí Gustavo, não sei se colocar outro ponto levantado pela CTIL foi a necessidade de regulamentação e definição, ia chamar de conceituação, mas tudo bem, e definição de alguns temas, conceitos, critérios, aí porque alguma coisa, eu não sei, eu acho que a área jurídica, é por isso que eu digo, desculpa eu estar leigo, mas nem tudo que eu conceituo somente, ou seja, a necessidade de conceito, eu, mas nem tudo, e nem tudo que eu regulamento, ela foi conceituada, mas não obrigatoriamente tudo precisa, é só por esse motivo.

[0:57:51] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Essa é a proposta que eu fiz, você colocar a regulamentação e definição, pronto. Aí contempla todo mundo, está todo mundo aí.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Pode tirar esse negócio de alguns temas, pode ir direto de conceitos, critérios e outros termos e expressões. Sim. Gustavo.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Foi a necessidade de regulamentar alguns temas, regulamentar alguns temas. Assim buscando a definição clara ou não é nem buscando, definindo claramente conceitos, não é buscando não, definindo claramente conceitos, critérios e quaisquer outros termos e expressão que não tenham sido definidos na minuta de resolução. É claro que quando quaisquer outros Júlio, quando eu estou falando quaisquer outros, é quaisquer outros que suscitem isso, porque não estão definidos em nenhum lugar, ou numa outra norma possivelmente.

[0:58:52] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Não precisa ser quaisquer outros, só outros.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gente, alguém mais?

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Regulamentar temas e definir claramente, definir claramente. Definir claramente conceitos, critérios, aí corta o resto até conceitos.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – De esclarecer, de clarear. Que não é esclarecer, é clarear.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Não querendo e já dizendo, uma coisa é esclarecer, outra coisa é definir. São coisas, não são, completamente. Esclarecer você esclarece.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Então vai ficar outro ponto levantado pela CTIL foi a necessidade de regulamentar e definir. Vamos devagar para a Rosely já ir corrigindo. Regulamentar e definir. Também acho, é muito excesso. Regulamentar e definir. Gente, eu vou pedir para quando vocês se manifestarem, se apresentarem para ficar na gravação, ok? Mas você quer colocar?

[1:02:07] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Bem-conceituadas na proposta original, não é regulamentação, não precisa regulamentação nenhuma, e não é numa forma de regulamentar essa aqui, nem essa e nem no que o cara propôs.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Tem alguns temas, eu vou passar para a Natália.

A SRª. NATÁLIA DE MELO LACERDA (ANA) – Tem uma outra palavra que se usa muito, que é disciplinar. E eu não sei se vocês preferem para dar um conteúdo mais preciso, disciplina é você a disciplinar, ordenar, eu não sei.

SR. WILSON DE AZEVEDO (PESCA, LAZER E TURISMO) – Eu gosto desse tipo de discussão sobre semântica, né. Eu acho que o que nós buscamos na verdade é a inteligência do termo, quer dizer, o que é que significa áreas de restrições de uso no corpo dessa resolução? Ou o que é, qual é o nosso entendimento sobre prioridade de outorga ou prioridade de uso? Eu acho que, agora se falar, se estiver definido nós vamos saber, mas aí perde o foco essa resolução, porque nós vamos estar, é, vai dizer entenda-se por outorga isso, isso e isso. Quer dizer, não sei. Aí está, desculpe, eu vou fazer um gancho aqui, mas aí está aquele questionamento que eu fiz sobre a necessidade dessa resolução. Nós estamos com dificuldade até de dizer o que é que nós queremos que seja feito.

O SR. JOSEVAN CARDOSO MORENO (ABES/OTEPS) Mais uma razão aqui pelas vozes que eu escutei, de nós deixarmos a melhor forma de explicar para quem vai ser devolvida esta resolução, de que eles precisam rever temas como foi posto e que podem reverter, mas que possivelmente a resolução poderá até expurgá-lo, porque eles não vão ter capacidade de conceituá-lo ou até de regulamentar. Porque se uma resolução, uma norma está lhe colocando um ato de fazer algo, ou deixando uma definição vaga, ela pode anular aquele ato formal. Então é importante, e aí eu vejo que não tem perda e prejuízo para a Nota Técnica quando se está dizendo lá para aquelas duas Câmaras Técnicas que vão ser devolvidas, é assim olha: nós devolvemos por quê? Porque existiam termos dentro desta resolução, minuta, que nós não tivemos essa compreensão clara. Ótimo. E também existem termos que dão a sinuosidade de que haverá necessidade de uma regulamentação para que ela seja praticada. Então eu uso os dois exemplos, porque uma questão é o critério de área, realmente, ela pode até dizer critério de área é uma área que tem tais e tais limites, mas existe já a prévia ou concomitantemente resolução que diz como é que se delimita aquela área? Então é um termo que pode ficar sendo duvidoso em um ato. E a outra questão que até mesmo foi usado nas palavras aqui anteriormente, é quando você põe termos que é só conceito, que é só você deixar claro que pode botar, entende-se por e aí você resolveria. Então para quem vai receber a nossa Nota Técnica acho que não vai ter prejuízo nem para o que nós estamos escrevendo gente, e nem para quem vai receber, ao contrário, as pessoas vão ter com maior clareza de que precisam rever, que podem ser coisas que vão poder ser tiradas, só isso eu acho.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Pode sim Natália, claro. Faz no microfone.

A SRª. NATÁLIA DE MELO LACERDA (ANA) – Eu estou dizendo assim, que pode ser uma mistura das duas ideias. Como ele consignou. Outro ponto a ser levantado pela CTIL foi a necessidade de regulamentar alguns conceitos, critérios, expressões, a exemplo da área de restrição. E também definir conceitos já no bojo da própria resolução para aclarar a sua interpretação, algo assim.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Ok gente com essa proposta de redação, todos de acordo?

A SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Gostaria que você esclarecesse um pouco. Que você está, você falou assim: algumas coisas são no bojo da resolução, e outras não?

A SRª. NATÁLIA DE MELO LACERDA (ANA) – Não, estou falando não necessariamente isso, o que eu estou querendo dizer é mais a ideia do que ele falou, que nem tudo precisa de uma disciplina minuciosa

já no bojo desta resolução, outras coisas precisam de uma disciplina mais acurada até para que ela possa ter aplicabilidade, é mais ou menos a ideia do que ele falou.

A SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Mas eu estou dizendo é o seguinte, minha preocupação é a seguinte, é que na redação fique claro, porque uma coisa é vamos dizer, é propor isso, outra coisa é o que vai ficar escrito. Como orientação para as outras, para as Câmaras Técnicas, não é?

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Então a proposta de redação foi outro ponto levantado pela CTIL foi a necessidade de regulamentar alguns conceitos, critérios e outros termos e expressões que não tenham sido definidos na minuta de resolução, a exemplo de áreas de restrição de uso, ok gente? Aí a outra parte.

[1:08:10] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Bem como definir expressões ou outros termos para dar clareza a sua...

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Depois a gente retorna. Sim.

O SR. GUSTAVO – Gustavo que está falando do Fonasc. A necessidade de, no bojo da resolução, aí vai ser, no bojo da resolução.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Regulamentar e definir.

A SRª. NATÁLIA DE MELO LACERDA (ANA) – Pode ser só regulamentar.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – É, sendo bojo da resolução e regulamentar. Regulamentar, tira esse alguns, coloca conceitos, critérios e outros termos. Tirou a vírgula depois de critérios, e outros termos. Coloca termos ou expressões que não tenham sido definidos na minuta da resolução. A exemplo de áreas de restrição de uso. Ok gente, de acordo com essa proposta? Embaixo ainda vai citar aquela, embaixo gente ainda vai citar aquelas metas do plano que tem interface aí com a resolução, e aí eu acho que já detalha mais outros temas que tem interface. Podemos fechar assim esse parecer? Vai passar só por uma revisãozinha que eu já vi algumas coisinhas de forma, exatamente. Semântica é sentido né, se eu fosse mexer isso. Gustavo.

A SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – É porque eu acho que, por exemplo, esse Item 2.5 essas expressões e prioridades para outorga e prioridades para uso, poderia estar lá acrescentando aquela área de restrição de uso. E tira esse 2.5, porque é a mesma coisa.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Põe lá junto esse 2.5, você junta com aquele, com esse que termina com áreas. Essa coisa de podem ser consideradas equivalentes ou não.

A SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Não, mas é isso gente, quando está falando definição é isso mesmo, não tem cabimento você usar duas expressões que são equivalentes, então é isso que é definir claramente. Que é o objeto do inciso, do tópico 2.3. E aí o resto pode tirar toda.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – É, isso aí quem vai analisar é a Câmara.

A SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Só que ele selecionou dois temas à parte, por que é que não põe lá? Mas está reiterando o que está no 2.3, só acrescentando duas expressões.

A SRª. NATÁLIA DE MELO LACERDA (ANA) – Natália. Por que não faz os dois, bota lá em cima porque também fica claro. Porque eu acho que eles quiseram espelhar a ausência de consenso, que foi real. Lógico que eu gostaria de ter minha visão defendida aqui, mas não foi o consenso, ninguém chegou a um consenso com relação a esse tema, então eu acho importante ter esse registro, tanto desse Parágrafo 5º, mas também eu acho interessante fazer o que o próprio Gustavo sugeriu de também colocar ali prioridade para uso e prioridade para outorga, algo nesse sentido que eles já vão ter que estudar e se debruçar sobre esses temas.

A SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Então eu sugiro que ponha aqui: outro exemplo, na visão da Câmara Técnica de que permanece sem consenso.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Outro exemplo, ok. Outra situação.

A SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Outras expressões, sem consenso.

A SRª. NATÁLIA DE MELO LACERDA (ANA) – Natália novamente. Eu tenho uma sugestão só de colocar apresentar exemplo de área de restrição de uso, de prioridades para outorga, de prioridades para uso, ponto, e deixa aquele parágrafo todinho.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Só explicando melhor essa questão que deu essa celeuma.

A SRª. NATÁLIA DE MELO LACERDA (ANA) – Sem ser na mesma sessão, então aí a gente faz assim, quanto às últimas duas expressões, a câmara permaneceu sem consenso.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Eu acho que nem precisa quanto às últimas, só coloca: na visão da câmara permanece sem consenso, meio que explicou qual era a dúvida em relação a esses dois termos, mas cita eles lá em cima. Aí embaixo repete, não tem problema.

O SR. WILSON DE AZEVEDO (PESCA, LAZER E TURISMO) – Mas se nós estamos pedindo para especificar, decidir, clarear, porque aqui não precisa dizer que não houve consenso, acho que não precisa. Porque se houvesse consenso nós não íamos pedir.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Mas aí a câmara julgou que como foi a principal motivo, ponto de discussão em relação a essa resolução, que seria importante explicitar que isso é fundamental, sabe, você minimamente ter consenso desses termos para poder mandar a resolução para adiante. Então acho que é por isso que ficou.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Eu acho que aqui na visão não houve consenso. Não houve consenso da Câmara Técnica quanto a conceitos. As equivalências e diferenças dos conceitos.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Não precisa explicitar se são equivalentes. Acho que aqui a gente está sendo sugerido que mantenha para ficar explícito que é isso que está pegando, essa questão.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Aqui eu queria fazer uma sugestão na última frase ali. Na avaliação da CTIL é necessário avançar na harmonização não, é necessário que as Câmaras Técnicas sigam, as CTs sigam as técnicas de redação legislativa e não podem existir conceitos sem definição, nas quais não podem ser lançados conceitos sem definição. Isso é uma questão óbvia, não é questão de harmonização desses conselhos.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Eu acho que a gente só não poderia recomendar que as câmaras sigam essas técnicas de redação legislativa porque eu acho que é o papel da CTIL, se eles forem, eu estou colocando isso só pela minha experiência lá, eu vejo muito nas discussões técnicas da câmara quando entra na questão da redação formal mesmo, a Câmara resolve: ah não, vamos deixar.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Então eu sou a favor de tirar esse negócio aí. Ainda que possa ser considerada uma questão técnica ou de mérito. Sabe, porque para que isso? Sabe, tira essa frase fora toda e termina no cada um ali.

A SRª. NATÁLIA DE MELO LACERDA (ANA) – Até como eu que pensei que a questão era jurídica também, não é?

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Ok, concordo. Tira. Inclusive acho que dá até para juntar os dois parágrafos. Ah não, mas aí...

O SR. WILSON DE AZEVEDO (PESCA, LAZER E TURISMO) – Aí eu pergunto: precisa o 2.4? Isso aí só está vindo para confundir.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Das metas do plano? Porque são as metas justamente que tem relação com essa resolução. Uma é a questão da metodologia de área de restrição de uso, é uma meta. Revisar a Resolução 16 e definir critério, definir diretriz de outorga coletiva. Então está muito concatenado, sabe, o que saiu como proposta de meta.

O SR. WILSON DE AZEVEDO (PESCA, LAZER E TURISMO)– Sim, mas isso já está sendo feito do 2.4? Não é objeto dessa resolução?

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Não, mas são aqueles conceitos que foram sugeridos em cima, né, para aplicabilidade da norma.

O SR. WILSON DE AZEVEDO (PESCA, LAZER E TURISMO) – É que aí periga sabe acontecer o quê? É claro.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Aguardar para que seja implementada para poder.

O SR. WILSON DE AZEVEDO (PESCA, LAZER E TURISMO) – Vamos fazer as outras primeiras então para depois fazer essa.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Você poderia explicar um pouco melhor? Só para eu entender o seu ponto de vista.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (PESCA, LAZER E TURISMO) – Pois não, Wilson, Wilson de Azevedo. Eu acho que o Item 2.4 está abordando os planos que tem, por exemplo, áreas de restrições e de uso, prioridades de outorga, metas assim que está no nosso plano. E esses assuntos eles não são objeto dessa nossa resolução agora. Eu não sei se há necessidade de botar isso, a minha sugestão eu acho que isso aí só confunde e periga abrir assim uma outra linha de pensamento. Referente a necessidade de então antes de fazer essa proposta de resolução, nós trabalharmos esses itens do plano para ter essas definições.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Eu acho que assim, colocar minha opinião, é que do jeito que ficou o parágrafo anterior acho que atende, porque já menciona algumas dessas metas. E concordo com o Wilson que corre o risco realmente de se ficar aí colocado, pode ser que previamente você tem que resolver essas metas para poder ir para a minuta de resolução. Então em cima eu acho que

já contempla os conceitos que tem que ser detalhados. Só não citou a questão da outorga coletiva e dos critérios de outorga. Que tem na meta e não está citado.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Eu também estou de acordo de eliminar o 2.5.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Agora critério de outorga já tinha sido mencionado em cima quando diz que a ementa fala de critérios, mas que não são detalhados na resolução. Então ok. Então fechamos.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Depois a gente dá uma revisão de texto. Gente, enquanto a Roseli está colocando aí as sugestões, eu queria colocar uma questão de ordem. O Item 4 da pauta, proposta de resolução que estabelece diretrizes para gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, a gente não vai ter condição de abordá-lo hoje porque quem vem apresentar a proposta de resolução é o Zoltan que é o Presidente da Câmara Técnica e ele só poderá estar aqui amanhã pela manhã. Então a gente vai fazer uma inversão de pauta, e aí passaríamos para o Item 5 que é a proposta de moção que recomenda a não aprovação do substitutivo ao Projeto de Lei 86 de 2015. Ok gente? Não tem também escolha né?

[01:22:08] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Concordo com você, não precisa discutir não. De acordo.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – O Item 4 fica amanhã pela manhã, o Zoltan vai estar aqui, vai ser o primeiro ponto de pauta amanhã. Terminamos do parecer. O Luiz quer fazer alguma colocação. Oi? Você não quer falar no microfone, por favor, Luiz, para poder.

O SR. LUIZ HENRIQUE PINHEIRO SILVA – (ANA) – Alô. Boa tarde. Luiz Henrique da ANA. Esse segundo tema, eu vou mais por esse segundo tema, porque tem o Zoltan que é da CTS, seria importante também ter alguém da CTPOAR, até para subsidiar também a procuradoria da ANA, que é representante titular na CTIL. Então eu estava na expectativa era de que fosse, não, isso aí a Procuradora Natália já está aí, já está fazendo a defesa, já está se colocando pela ANA. E a gente já teve também na reunião passada, então para a gente já está encaminhado isso. Mas nesse segundo tema que foi na gestão integrada de águas superficiais e subterrâneas, que demorou mais de dois anos a discussão profunda, cheia de complexidades e divergências em seu ambiente, mas que com muita paciência a gente chegou num consenso e é uma resolução apenas de duas Câmaras Técnicas considerada redonda, essa de águas superficiais e águas subterrâneas. Então eu vou pedir licença para me ausentar, e amanhã de manhã estarei aqui junto com a procuradora e junto com o CTAS, o Zoltan da CTAS, e outro colega conhecido nosso, para tirar e esclarecer as dúvidas pertinentes ao tema caso haja. Está bom?

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Está bom oh Luiz, eu peço desculpas, porque eu realmente achei que você estava.

O SR. LUIZ HENRIQUE PINHEIRO SILVA – (ANA) – Não tem problema, ossos do ofício, eu vou retomar o outro trabalho, amanhã de manhã nós estaremos aqui, tá? Agradeço e obrigado.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gustavo.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – O seguinte, esse Item 2.5 aí, esse é um exemplo que eu acho que poderia ser dado exemplos também, não é? Está falando assim: ainda uma análise de efetividade da aplicação, posto que eventuais diretrizes não passíveis de implementação, quais são essas diretrizes não passíveis de implementação?

A SRª. NATÁLIA DE MELO LACERDA (ANA) – Tem tudo a ver com o que está em cima, não é?

O SR. GUSTAVO – Não, o que está em cima não são diretrizes.

A SRª. NATÁLIA DE MELO LACERDA (ANA) – Entendi.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Mas na discussão da minuta de resolução foram identificadas questões não passíveis, aliás, passíveis de não implementação, alguma coisa. Mas não sei te dizer exatamente quais, mas foram identificadas, e em função muitas vezes de até aspectos técnicos que teriam que ser ajustados, porque estava impactando na questão legal. Então acho que teve isso sim, essa visão de que tinham coisas que estavam sendo propostas e que não eram passíveis de implementação.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Eu acho que houve mesmo, da mesma forma que a gente exemplificou ali os conceitos que não foram, as expressões que não foram definidas, eu acho que essas diretrizes aí eu achava que era ilegal. Eu pelo menos se eu fosse da câmara, e chegasse para mim uma observação dessa, mas do que é que eles estão falando? Entendeu? Aí você está abrindo para alguém ir lá e fazer a interpretação do que nós estamos falando?

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Observar as diversidades físicas hídricas, demográficas, econômicas, sociais e culturais.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Aí não é questão de passível, porque é questão de estabelecer critérios.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Eu acho talvez o que a gente já fez em relação, levantando aquela necessidade definição de conceitos, critérios, eu acho que já aborda questão geral das diretrizes. Vai junto. Mas é só para não gerar uma confusão aquele parágrafo específico, porque eles podem realmente perguntar: mas quais diretrizes? É só aquela, porque a resolução propõe diretrizes, e a gente está dizendo que algumas não são passíveis de implementação, eles vão se perguntar quais são essas. E isso está na memória da reunião, mas como não está no parecer e a gente não vai detalhar isso

no parecer, então talvez a gente não precise colocar aquele paragrafo pequeno porque pode gerar confusão. Eu concordo com você nessa linha. Olha, que seria esse parágrafo. Esta câmara recomenda ainda uma análise da efetividade da aplicação da norma, posto que eventuais diretrizes não passíveis de implementação podem gerar insegurança jurídica. Ok? Deixa, tira? Podemos tirar?

O SR. JOSIVAM MORENO (ABES) – Olha, eu acho que isso pode até tirar, mas desde que temos a certeza de que o outro material que vai junto ele possa ter essa clareza de deixá-los observar esses termos, por quê? Porque aí se você reflete isso nos organismos que vão executar tal resolução, e tiver algum que dentro dela passou, esta Câmara aqui que é a CTIL tem a obrigação de deixar claro que eles têm que ver isso aí também, é só nesse sentido. Se está claro, eles vão ver, tire, se não, formula algum jeito de deixar claro sem confundir. Não é Dr. João? Porque sofremos.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – A não ser que mencione o texto que vai anexo, conforme considerações.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – As diretrizes são esse artigo aí que está na tela aí? Vamos dar uma passada de olhos nela para ver quais que são as que estão.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Que não são passíveis, né?

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Olha só, nós fizemos um julgamento da proposta, e falamos, algumas diretrizes aqui não são passíveis, então vamos dizer quais são. Mas desde que ele diga lá no item que é não passível de implementação. Porque se não tiver, vai ficar para o cara adivinhar.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Percy.

O SR. PERCY SOARES NETO (CNI) – Gente, eu acho que a gente está, eu acho que isso é matéria do grupo de trabalho, gente, eu acho que está claro a justificativa de por que é que a gente devolveu essa resolução, que ela precisava ter, eu acho que ela já está mais do que explicitada. O que é que a gente quer em termos de aspecto institucional e legal é que tenham conceitos claros, bem definidos, procedimentos, não vou nem usar o termo regulamentação. Então tá, agora tem que dar um espaço, isso é uma discussão técnica do grupo de trabalho, o que é que passível, o que não é passível. Eu estou imaginando que as Câmaras Técnicas vão se debruçar sobre isso. Lá estão os órgãos gestores, lá estão os usuários, lá está a sociedade, todos os mesmos segmentos que estão representados aqui estão lá para fazer essa discussão. Eu acho que a gente já está quase fazendo a resolução para eles.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Então tira essa parte, tira esse 2.5.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Eles estão colocando para manter.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Não, eu entendi que não, ele falou lá definição, conceitos, diretrizes. Ali não está falando isso, tira esse troço aí.

A SRª. NATÁLIA DE MELO LACERDA (ANA) – Com licença, vocês querem fazer então referência ao Art. 2º? Já deu para deixar mais claro, a exemplo daquelas estabelecidas no Art. 2º.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Porque está citando diretrizes, né, as diretrizes são Art. 2º. Agora nós não estamos dizendo, nós fizemos julgamento, não dissemos, será que a gente entendeu que é não passível de implementação, isso nós não fizemos. Então nomeia esse dever de casa.

A SRª. NATÁLIA DE MELO LACERDA (ANA) – Mas eu não estava aqui quando discutiu esse Art. 2º, houve consenso a respeito de quais seriam essas diretrizes que não seriam passíveis de implementação?

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Não sei.

O SR. PERCY SOARES (CNI) – Gente, mas eu acho que isso é matéria do grupo de trabalho.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (SRHQ/MMA) – A interpretação do que é passível ou não de implementação é coisa da Câmara Técnica. Oi? É matéria da Câmara Técnica específica, o nosso é saber se é legal ou institucional, quem vai ver se é passível ou não de interpretação. Na última reunião nós caímos nessa armadilha aí, e ficou essa discussão que foi uma coisa aqui que aconteceu que enfim. Agora na hora que passível de implementação para mim não tem dúvida, não é matéria da CTIL.

[01:31:18] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Então eu sou favor de tirar aquele Item 2.5.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Ok gente? Podemos? A sugestão então é tirar o item: esta CT recomenda ainda uma análise da efetividade da aplicação da norma, posto que eventuais diretrizes não passíveis de implementação podem gerar insegurança jurídica. Podemos retirar isso? Então pode tirar.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Desculpa, se é impassível de implementação, não vai gerar nada, porque não vai, não deve aparecer na norma. Não é? Se já tem certeza que não vai conseguir implementar.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Então gente, com isso passamos para o próximo item? É o [Item 5 – Proposta de moção que recomenda a não aprovação do substitutivo ao PL 86/2015 que altera a Lei 9.433, para incluir a revitalização de bacias hidrográficas entre os seus instrumentos. Aí foi elaborada uma minuta.](#) Quanto ao item anterior, a CTIL aprovou a minuta de parecer, e agora a gente vai encaminhar o parecer e os anexos para a Câmara Técnica, as duas.